

URBANIZAÇÃO REGIONAL DE BELÉM E OCUPAÇÕES PRECÁRIAS: DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA ESPACIAL NOS NOVOS ESPAÇOS DE DISPERSÃO

Autor: Natália Souza Pinheiro

Filiação institucional: Universidade do Estado do Pará

E-mail: natalia.pinheiro@aluno.uepa.br

RESUMO:

Belém vivencia um processo de urbanização regional policêntrica (SOJA, 2013) cujas marcas são: diversidade de renda dos grupos sociais nas áreas dispersas; dispersão dos espaços de consumo; fortalecimento de outras centralidades e diversificação dos sentidos dos fluxos; articulação com Castanhal e configuração da cidade-região; e ampliação da escala da dispersão e do surgimento de novos espaços precários. O objeto da pesquisa é relativo a este último aspecto e o seu objetivo geral consiste em analisar novas ocupações nas bordas do espaço metropolitano de Belém, sua inserção no processo de urbanização regional e os seus rebatimentos em termos do direito à cidade e da justiça espacial. Os procedimentos metodológicos envolvem revisão bibliográfica; levantamento documental; trabalho de campo com coleta de dados, por meio da observação dirigida e entrevistas semiestruturadas.

Palavras-chave: ocupações precárias, direito à cidade, justiça espacial.

GT – 13: Produção do Espaço Urbano – teoria e prática

INTRODUÇÃO

Em Belém do Pará, a partir dos anos 1970, um processo de reestruturação ganhou forma e tinha na dispersão dos espaços de moradia o seu principal vetor, conforme Trindade Júnior (1998). Em termos socioespaciais, o processo de dispersão ampliou as desigualdades, pois foi a população menos favorecida que compôs o movimento de saída das baixadas dos espaços centrais e de chegada no espaço metropolitano advindo das áreas de influência de Belém. Desse modo, produzem-se grandes espaços periféricos de infraestruturas precárias e habitados por grupos de baixa renda, enquanto os espaços centrais registraram melhores condições de infraestrutura, sendo ocupados, em geral, por grupos de maior poder aquisitivo.

Até os anos 90, apenas alguns condomínios horizontais de alto padrão estavam presentes nas áreas dispersas do espaço metropolitano de Belém, prevalecendo suas condições

de periferia. Entretanto, após duas décadas, essa realidade ganhou novos contornos, tais como: a) diversidade de renda dos grupos sociais nas áreas dispersas; b) dispersão dos espaços de consumo; c) fortalecimento de outras centralidades e diversificação dos sentidos dos fluxos; d) articulação com Castanhal e configuração da cidade-região; e) ampliação da escala da dispersão e do surgimento de novos espaços precários (RIBEIRO, 2021)

Esta pesquisa volta à atenção para este último aspecto, isto é, para o fato de que o movimento de dispersão da pobreza não cessou, apenas não é mais evidente nos primeiros espaços de dispersão, que hoje passam por fortes processos de modernização. Atualmente, os espaços a assumir feições mais precárias situam-se nas novas bordas do espaço metropolitano, o que inclui áreas dos municípios de Marituba, Benevides, Santa Bárbara e do Distrito de Mosqueiro. Nesses espaços, uma série de questões relativas ao direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) e à justiça espacial (CARLOS, ALVES, PADUA, 2017; SOJA, 2014) ganham forte conotação, principalmente diante da precariedade dos serviços e das infraestruturas locais e das grandes distâncias para os espaços centrais da cidade-região.

Neste artigo, será apresentado o caso do distrito de Mosqueiro (Belém) e, mais precisamente, da ocupação Vila Sapo, um dos inúmeros espaços de moradia do tipo na Ilha. Pretende-se, a partir deste estudo de caso, refletir sobre as seguintes indagações: quais as características das ocupações das bordas do espaço metropolitano de Belém? Como os moradores dessas ocupações percebem sua condição no espaço metropolitano? Como essas ocupações se apresentam do ponto de vista do direito à cidade e da justiça espacial?

METODOLOGIA

Essa pesquisa se caracteriza enquanto qualitativa e baseada em estudo de caso, por meio da pesquisa de campo – que tem a finalidade de investigar a problemática, observando os fatos e fenômenos da maneira como ocorrem –, formato aqui tomado como o mais apropriado para a análise a partir dos objetivos propostos.

A respeito do caráter qualitativo, a pesquisa tem o *locus* como base direta do levantamento de dados, tendo contato com o ambiente e o objeto de estudo, com a necessidade de trabalho de campo sem apresentar manipulação intencional do pesquisador, na análise dos dados coletados, mas também não se excluem os procedimentos e teorias para a análise e a interpretação dos dados (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Orientador: Willame de Oliveira Ribeiro Filiação Institucional: Universidade do Estado do Pará Email:willame@uepa.br

O estudo de caso consiste na coleta e análise de informações sobre os indivíduos, a fim de estudar a vivência deles de acordo com os questionamentos da pesquisa, para isso se analisa a severidade, objetivação, originalidade e coerência (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto aos procedimentos metodológicos, indispensáveis ao alcance das respostas às questões desta pesquisa, eles estão estabelecidos em duas etapas. A primeira contém os seguintes procedimentos:

- **Levantamento bibliográfico** realizado a partir de referenciais pertinentes à fundamentação teórica do projeto: a produção do espaço urbano, a urbanização regional policêntrica, cidade-região, dispersão urbana, assentamentos precários, ocupações, inclusão precária, segregação socioespacial, direito à cidade e justiça espacial.

- **Levantamento documental** sobre as ocupações no Distrito de Mosqueiro (Belém). Também foram utilizadas bases digitais de dados, especialmente aquelas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tanto no que se refere a dados dos Censos Demográficos Brasileiros quanto aos dados relativos aos aglomerados subnormais no Distrito de Mosqueiro.

- **Trabalhos de campo** com levantamentos fotográficos do locus (Distrito de Mosqueiro), obtenção de informações necessárias para elaboração de mapas e entrevistas estruturadas com moradores da ocupação selecionada (Vila Sapó). Foram feitas 10 entrevistas (com assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido), todas gravadas, transcritas, analisadas.

URBANIZAÇÃO REGIONAL, DIREITO À CIDADE E OCUPAÇÕES PRECÁRIAS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O texto a seguir se propõe a organizar os fundamentos teóricos da pesquisa e se inicia discutindo a produção do espaço, ressaltando a compreensão do espaço enquanto conjunto de sistemas de objetos e de sistemas de ações, na sequência, a análise particulariza o debate do espaço urbano e de seus agentes modeladores. Num segundo momento, discutem-se as concepções de urbanização regional policêntrica e cidade-região para, mais adiante, colocar em pauta as ocupações no contexto dos assentamentos precários. Por último e não menos importante, é discutido o processo de segregação socioespacial de forma articulada ao direito à cidade e à justiça espacial em espaços urbanos complexos.

A produção do espaço urbano e seus agentes

Segundo Santos (2006), o espaço sofre intervenção da sociedade por meio da técnica, transformando a natureza em recurso, dessa forma, é um conjunto de *sistemas de objetos* e de *ações* que constrói e transforma o meio natural, sendo a sociedade o maior agente de mudança. A produção do espaço se dá de forma dinâmica e complexa, por meio da diversidade de relações culturais, sociais e econômicas, como efeito, o espaço reúne as ações da sociedade que o criam e recriam conforme seus objetivos. A cidade é um grande exemplo disso, funciona como elemento desenvolvedor do capitalismo, nela há comercializações, transições e outras atividades que geram a movimentação do capital no território.

Lefebvre (2006) coloca em pauta a discussão de espaço em movimento e tempo, isto é, a percepção de uma possibilidade de compreensão que permitiria analisar a maneira como as sociedades funcionam, como se estabelecem e se reconhecem. O espaço está ligado à realidade social, não se pode servir como conjectura epistemológica, ele é produzido.

A constante reconfiguração do espaço urbano se revela como mais um produto da ação humana; a partir da caracterização dada por Corrêa (2004), é um conjunto de usos da terra justapostos, que está simultaneamente articulado e fragmentado. Para ele, “tais usos definem atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão” (CORRÊA, 2004, p.7). O espaço urbano é condicionante das ações sociais, que reflete não somente nas ações do presente como naquelas que se desenvolveram no passado.

A cidade é lócus de onde as classes sociais se mantêm e também se reproduzem, sendo assim, o espaço da cidade é objeto de lutas sociais, que buscam, a partir de reivindicações particulares, justiça espacial e direito à cidade. Portanto, como produto social, essas ações são praticadas por agentes que produzem e consomem o espaço: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos (CORRÊA, 2004). Estes últimos, os grupos sociais excluídos, ou grupos sociais precariamente incluídos (CARRERA e RIBEIRO, 2021) expressam fortemente as contradições e as lutas que preenchem o espaço urbano, especialmente os mais complexos.

Da metropolização à urbanização regional policêntrica e da metrópole à cidade-região

As metrópoles encontram-se no topo da hierarquia urbana de um país e o grau de complexidade que elas desempenham pode promover uma atuação de grande destaque na

hierarquia urbana a nível internacional (DAVANZO et al., 2011). O processo de formação de uma metrópole (a metropolização) ocorre na medida em que uma cidade vai ganhando certa importância e multifuncionalidade, tanto em número de habitantes como economicamente, isso está diretamente atrelado ao processo de industrialização e urbanização.

Estes espaços concentram capitais, investimentos, crescimento, modernização e, ao mesmo tempo, pobreza e precariedade. E, em geral, a fase inicial de crescimento da metrópole ocorre por meio da conurbação de municípios a partir da expansão física do município-sede, caracterizando-se pela monocentralidade. (DAVANZO et al., 2011, p.97).

O crescimento acelerado das metrópoles acomoda um grande espaço que produz novas formas urbanas, aglomerações difusas que reúnem cidades fisicamente separadas, mas, conectadas entre si, a partir do alargamento dos limites da metrópole, que dispersam e espessam atividades, pessoas etc. Para Soja (2013), essas novas realidades se caracterizam como uma morfologia urbana que vai além de uma única escala, promovendo uma complexa convergência entre aquilo que se convencionou chamar de espaço intraurbano ou espaço urbano e a região, dando origem e disseminando as cidades-região ou cidades regionais.

Segundo Delgado (2003), a cidade-região se estabelece a partir de três subespaços: 1) **área urbana conurbada** - espaço metropolitano em si, isto é, aquele que apresenta claramente as características em termos de densidade, diversidade e complexidade econômica, política, cultural etc. que marcam a metrópole; 2) **coroa regional** - espaço periurbano próximo, não conurbado, onde ocorrem os processos de difusão econômica, social e urbana; 3) **periferia regional** - não manifesta em seu espaço os processos de difusão.

A delimitação das cidades-regiões é muito complexa, assim, o deslocamento de pessoas e mercadorias, entre outras possibilidades, ajuda a reconhecer os contornos e limites da cidade-região (RIBEIRO, 2017, 2018). “A cidade-região abrange tanto o espaço metropolitano quanto o entorno diretamente a ele articulado, constituindo uma morfologia urbano-regional de caráter relacional, na qual a contiguidade física não se conforma como fator preponderante” (RIBEIRO, 2018, p.6).

Soja (2013) vê a cidade-região como forma urbana resultante de um processo por ele denominado de urbanização regional policêntrica, que está amplamente articulada ao capitalismo financeiro e à globalização. Esse tipo de urbanização costuma articular centros, ou mesmo criar novos, ao passo em que vai se desenvolvendo. Ademais, a urbanização regional

policêntrica, diversificada em escala global, está resultando no aumento do surgimento das cidades-regiões, que não somente são impulsionadoras da economia global, mas também causam desigualdades e injustiças (SOJA, 2013), como comprovam a segregação socioespacial, a periferização de grupos sociais com menor poder aquisitivo e a disseminação de ocupações e outros assentamentos precários em espaços marginalizados.

As ocupações no contexto dos assentamentos precários

Os espaços urbanos oferecem uma série de serviços e condições de habitação, que em parte dão possibilidade de uma melhoria na qualidade de vida, porém, ainda assim, a cidade é repleta de problemas; o processo acelerado de urbanização induz a formação de periferias urbanas e nelas se configuram consequências como a inclusão precária, conformando um processo de urbanização excludente, que abarca grande parte da população menos favorecida economicamente. Os mecanismos de apropriação do território e de concentração de renda são fatores da crescente periferização das áreas metropolitanas, aumentando a desigualdade social e demais problemas em virtude do processo de segregação espacial (RESCHILIAN, 2005). Isso está associado à formação de assentamentos precários, áreas de riscos e com certa ausência do setor público.

A configuração de assentamentos precários é algo muito recorrente no Brasil, trata-se de uma transformação no espaço urbano que é inerente ao próprio modelo de desenvolvimento adotado pelo país, por consequência, tem-se uma série de fatores que ocasionam a urbanização desigual, nesse caso, realçam-se as questões de caráter político, principalmente porque o mercado ilegal de terras e as construções fora dos padrões urbanísticos dependem da tolerância do poder público, que deve dar atenção às necessidades habitacionais e a problemática do direito à cidade.

A irregularidade dos loteamentos pode dizer respeito ao não cumprimento integral da normativa urbanística, embora em muitos casos haja sido dado início aos procedimentos de licenciamento; já a clandestinidade diz respeito a parcelamentos efetuados sem qualquer iniciativa de licenciamento, ou seja, trata-se de empreendimentos sobre os quais não há registro oficial pelo poder municipal (CARDOSO, 2016, p.35).

Cardoso (2016) identifica os seguintes tipos de assentamentos precários: favelas, loteamentos clandestinos, cortiços e conjuntos habitacionais degradados. Segundo suas definições, os cortiços se configuram como moradias de aluguel, de apenas um cômodo, com

as instalações de higiene e alimentação coletivas, formadas em áreas centrais, em edificações antigas que tiveram esvaziamento econômico ou alterações de uso.

Quanto aos conjuntos habitacionais degradados, eles resultam de iniciativas públicas à habitação de interesse social que, em muitos casos, não passam pelo processo de titulação, causando a informalidade dos moradores. As favelas, aqui consideradas como ocupações, denominam-se como moradias precárias por estarem em solos irregulares, sendo ele público ou privado, cresce com padrões urbanísticos abaixo do que é solicitado pela legislação.

Segundo Cardoso (2016, p.34), a “ocupação ilegal de terras, a construção fora dos padrões urbanísticos e construtivos e a sobrevivência e o vigor de um mercado ilegal dependem substancialmente de uma certa tolerância do poder público”. Portanto, a ocupação de terras ociosas gera assentamentos insalubres que colocam em risco o bem-estar de um grupo de pessoas que são menos favorecidas economicamente, com moradias que estão localizadas em áreas expostas a inundações, deslizamento de terras, violência, falta de saneamento básico, dentre outros fatores.

Segregação socioespacial, direito à cidade e justiça espacial em espaços urbanos complexos

O processo de segregação socioespacial é percebido e vivenciado no dia a dia, relacionando-se a uma série de fatores, como a questão da moradia, a deterioração e diminuição dos espaços públicos, a mobilidade urbana e o transporte coletivo. A intensa urbanização das cidades brasileiras provocou um aumento da população reforçando o processo de segregação socioespacial, que foi se agravando gradativamente a partir da ação dos agentes da produção do espaço urbano com suas ações no sentido da separação das classes sociais, dando origem a lugares não marcados pelos mesmos direitos e oportunidades.

O modo como a sociedade expressa a segregação espacial ganha significado quando passa a compreender a segmentação espacial e a radicaliza, isso se vincula aos sujeitos sociais que estão envolvidos no processo, os que segregam e os que estão segregados (SPOSITO, 2013), visto que o sistema capitalista tende a estender privilégios aos que tem um maior poder aquisitivo, enquanto os que são menos favorecidos economicamente são pressionados a morar/habitar em locais assinalados pela precariedade.

O direito à cidade e a justiça espacial dependem de um poder coletivo de reestruturar o processo de urbanização, de uma transformação da sociedade; em Lefebvre (2001) destaca-se que uma ciência analítica da cidade tem seu esboço com a práxis – prática social – tendo em

vista que a força social é capaz de investir a si mesma no urbano, por meio de suas experiências políticas na sociedade urbana.

A estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornarem atuante. Ela não age por si mesma. Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela (LEFEBVRE, 2001, p. 113).

Isso não significa que sozinha a classe operária, ou como aqui se prefere, os grupos sociais precariamente incluídos, farão a sociedade urbana, mas que sem eles nada é possível, o cidadão privado daquilo que consiste a cidadania vê-se em uma luta constante, na busca dos direitos básicos de comer, dormir, habitar e pelo espaço da vida na cidade.

O debate da justiça espacial busca espacializar a desigualdade. Para Benach (2017), a desigualdade precisa ser vista a partir de sua espacialização, sendo isso fundamental à repolitização do próprio conceito de espaço e, por conseguinte, da desigualdade. Faz-se necessária a compreensão das diferenças sociais e espaciais, em busca do bem-estar comum, os equipamentos urbanos de uso coletivo, os sistemas de transporte, os serviços urbanos, tendo o Estado como portador principal de ações justas ou injustas no espaço.

Lefebvre (2001, p.117) considera que o direito à cidade não pode ser idealizado apenas como “um simples direito de visita ou de regresso às cidades tradicionais”, mas na perspectiva de “direito à vida urbana, transformada, renovada”. Logo, em uma sociedade extremamente capitalista seria difícil a aplicabilidade desse direito, pois a cidade é vista em uma lógica de troca e mercado, compra e venda, sendo as necessidades antropológicas comercializadas, assim, a vida urbana que se dá no espaço do convívio e seu valor de uso só seria possível a partir de outras condições, em outra sociedade, em uma nova cidade.

Soja (2014) alega que os fundamentos do direito à cidade em Lefebvre remetem à busca por justiça, democracia e direitos dos cidadãos. Em uma busca por justiça espacial, o autor afirma que existe uma “onipresença do desenvolvimento geográfico irregular e suas desigualdades espaciais associadas” (p.112), dessa forma, nenhum processo social acontece sem alteração no espaço, certas desigualdades sempre serão uma realidade e nunca haverá uma igualdade perfeita no espaço, pois sempre irá existir variações no âmbito do desenvolvimento sócio-histórico. O desenvolvimento geográfico destoante é um fato que acarreta as desigualdades individuais e sociais e, dessa forma, as injustiças tanto espaciais como sociais. Todas as vantagens ou oportunidades desiguais, sejam elas individuais ou coletivas, ao

perpassarem pela dimensão espacial, podem ser visualizadas como injustiça espacial. Nesse quadro, reivindicar o direito à cidade torna-se complicado e, ao mesmo tempo, indispensável, como evidencia a análise da realidade concreta da cidade-região de Belém, no Estado do Pará, mais precisamente da Ilha de Mosqueiro.

NOVAS ÁREAS DE DISPERSÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM: O CASO DE MOSQUEIRO

Belém começa a alcançar complexidade compatível com a condição de metrópole a partir dos anos 1960. Em um primeiro momento, a cidade passou por um processo de urbanização confinada, com a intensificação do uso do solo até o limite da primeira léngua patrimonial, resultado da configuração do “cinturão institucional”, um conjunto de instituições e áreas estatais situado nos, até então, limites da cidade, e que funcionou como um obstáculo à expansão urbana horizontal contínua (TRINDADE JÚNIOR, 1998). A partir dos anos 1970, teve início a passagem dessa realidade de metrópole confinada para a forma metropolitana dispersa, com a ultrapassagem o cinturão institucional. Esse processo esteve muito associado à produção de conjuntos habitacionais, no âmbito das políticas do Banco Nacional de Habitação – BNH, e das ocupações, ambos em espaços distantes da área central de Belém, mas, a partir de então, interligados por sistema de transporte coletivo (TRINDADE JÚNIOR, 1998; RIBEIRO, 2021).

A partir dos anos 2000, mudanças significativas nessa configuração passaram a ocorrer, levando Belém a apresentar uma realidade dispersa com outras características e que forneceu argumentos para a leitura desse espaço urbano complexo não mais como uma metrópole, mas como uma cidade-região atrelada ao processo de urbanização regional policêntrica (SOJA, 2013), segundo Ribeiro (2021), conforme evidenciado a seguir:

Em se tratando do exemplo concreto da cidade-região de Belém, enquanto processo, a urbanização regional policêntrica está em permanente construção, sendo assim, muito ainda será feito no sentido da produção dessa realidade, não obstante, o quadro atual já evidencia a sua existência, como pôde ser visto na discussão de fatores a ela associados, como: diversidade de renda e de tipos de assentamentos dos grupos sociais nas antigas e novas áreas dispersas; dispersão dos espaços de consumo; ampliação da escala da dispersão e da configuração das novas periferias; e fortalecimento de outras centralidades (RIBEIRO, 2021, p.116).

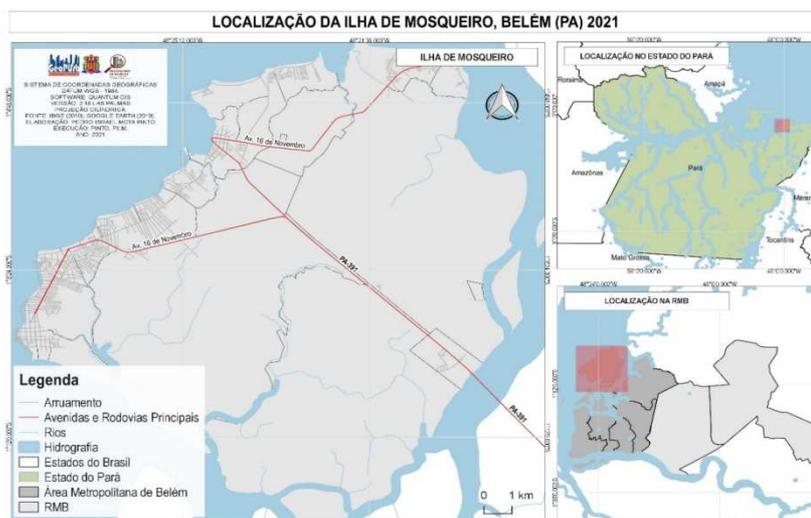
Ribeiro (2018) apresentou uma proposta de delimitação da cidade-região de Belém a partir dessa compreensão (figura 1). Nela, a cidade-região de Belém é representada subdividida

em duas áreas distintas: o espaço metropolitano, formado pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides, e o entorno metropolitano, composto por Barcarena, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Vigia, Santo Antônio do Tauá e Castanhal. A base principal de dados que deu suporte a essa representação da cidade-região de Belém está nos deslocamentos de pessoas por motivo de trabalho e estudo para Belém, contudo, outros aspectos, como a características dos sistemas de objetos, também foram levados em conta (RIBEIRO, 2018).

Outros aspectos ressaltados por Ribeiro (2021) como inerente à cidade-região de Belém, e que importam diretamente para a análise aqui desenvolvida, consistem na ampliação da escala da dispersão e na configuração de novas periferias. No primeiro momento da dispersão urbana de Belém, até por volta dos anos 1990, os espaços dispersos estavam principalmente no próprio município de Belém, como no caso do eixo da Avenida Augusto Montenegro, e nos municípios de Ananindeua e Marituba. A partir dos anos 2000, os espaços dispersos passam a se constituir em áreas cada vez mais distantes da área central de Belém, como ilustram o distrito de Mosqueiro e os municípios de Santa Bárbara e Benevides, no limite do espaço metropolitano de Belém, como aqui considerado.

Neste segundo momento, nota-se também que os novos espaços dispersos não possuem sempre características precárias, a exemplo dos condomínios horizontais de alto padrão, bastante disseminados por toda a cidade-região de Belém. Todavia, muitos espaços são fortemente assinalados pela precariedade, a exemplo do distrito de Mosqueiro (figura 2), *locus* desta pesquisa.

Figura 2. Ilha de Mosqueiro/Belém. Localização. 2021



Orientador: Willame de Oliveira Ribeiro Filiação Institucional: Universidade do Estado do Pará Email:willame@uepa.br

Fonte: Elaboração própria.

Mosqueiro é um distrito do município de Belém que está a 70km da área central da metrópole. A Ilha se localiza na costa oriental da baía do Marajó, ao norte está envolvida pela baía da Sol e ao sul pela baía do Guajará. Apresenta como vias principais a PA-391, que intercepta a BR-316, e conta com a ponte Sebastião R. de Oliveira para articular a Ilha à parte continental de Belém e aos demais municípios do Estado.

A ilha conta com uma área de 212 km² e um quantitativo populacional aproximado de 28 mil habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010 (PMB, 2021). Sua concentração populacional está localizada junto às praias, especialmente no oeste da Ilha. As concentrações de domicílio ficam junto às orlas e a periferia cresce às suas adjacências. Ao todo, são 15 praias de água doce: Paraíso, Farol, Chapéu Virado, Bispo, Baía do Sol, Areião, Marahú, Praia Grande, Prainha, Murubira, Porto Artur, Carananduba, Ariramba e São Francisco (PMB, 2021). O distrito é composto por 19 bairros de Belém: Aeroporto, Ariramba, Baía do Sol, Bonfim, Carananduba, Caruara, Chapéu Virado, Farol, Maracajá, Marahú, Mangueiras, Murubira, Natal do Morumbira, Praia Grande, Porto Arthur, Paraíso, São Francisco, Sucurijuquara e Vila (PMB, 2014).

Quando se considera apenas o recorte do espaço metropolitano de Belém (figura 1), nota-se que boa parte da área passa por um movimento de diversificação, modernização e complexificação. No entanto, existem alguns espaços que se distinguem, crescentemente, pela proliferação de assentamentos precários, apresentando, entre os objetos novos, poucos não relativos a este conjunto.

Mosqueiro compõe esse quadro. Desde o final do século XIX, como exposto em Ribeiro (2007, 2014), o arquipélago desempenhou papel de espaço de lazer, principalmente por suas praias. Essa realidade se mantém até final do século XX, com Mosqueiro sendo amplamente usada intensamente por grupos de rendas altas e médias de Belém, quando, então, intensificou-se o uso dos grupos de baixa renda, criando conflitos de territorialidades, reordenamentos territoriais e movimentos de desterritorialização.

Não exatamente como resultado disso, mas concomitantemente e de forma associada aos reordenamentos no uso das praias, outras mudanças, sempre no sentido da precarização, passaram a se evidenciar no arquipélago, a exemplo dos problemas com transporte coletivo, serviços básicos, infraestruturas e, fundamentalmente, com habitação, destacando-se a

reprodução de assentamentos precários, sob a forma de loteamentos privados, de empreendimentos da faixa 1 do PMCMV e, especialmente, de ocupações.

O estudo de Ferreira (2012) evidencia a expressiva presença de ocupações em Mosqueiro (quadro 1), tendo parte significativa delas surgido entre os anos de 2000 e 2008, o que autorizou Ferreira (2012, p.117) a constatar que Mosqueiro “vem se conformando como um novo espaço de assentamentos residenciais precários, onde se percebe, por conta disto, o aumento da concentração de pobreza em seu território”.

Quadro 1. Distrito de Mosqueiro/Belém. Ocupações e seus respectivos bairros. 2008

	Ocupação	Bairro de localização		Ocupação	Bairro de localização
01	Pantanal	Vila	17	Pução	Carananduba
02	Cajueirinho	Maracajá	18	Curvão	Carananduba
03	Poeirão	Praia Grande	29	Bairro Novo	Carananduba
04	Fazenda Clube	Praia Grande	20	Lote do Mendes	Carananduba
05	Jardim Rosália	Chapéu Virado	21	Estrela da Manhã	Carananduba
06	Prainha	Prainha	22	Coréia	Carananduba
07	Murubira	Murubira	23	Taba (Mártires de Abril)	Carananduba
08	ASCB	Natal do Murubira	24	Caruara	Caruara
09	Consciência	Porto Arthur	25	Vale do Paraíso	Paraíso
10	Variante	Murubira	26	Associação dos Produtores Rurais da Ocupação Arlinda Gomes do Vale (APROAR)	Sucurijuquara
11	Vasco da Gama	Murubira			
12	Ariramba (Coragem)	Ariramba	27	Ipixuna	Baía do Sol
13	Terra Alta	Bonfim/São Francisco	28	São Geraldo	Baía do Sol
14	Igaracoco	São Francisco	29	Parque Severino	Baía do Sol
15	Cajueiro (Vila Sapo)	Carananduba	30	Dorothy I	PA-391
16	Vila de pescadores	Carananduba	31	Dorothy II	Rod. BL-13

Fonte: Ferreira (2012)

Além do surgimento recente de novas ocupações, é importante verificar o crescimento de espaços precários mais antigos, normalmente também resultantes de ocupações, mas que se associavam (e ainda se associam) aos tradicionais papéis de balneário e de espaço pesqueiro. Essa é a realidade da ocupação Vila Sapo, selecionada como caso a ser estudado mediante trabalho de campo, no âmbito do qual se sobressaíram as atividades de observação, levantamento fotográfico e entrevistas com moradores.

A OCUPAÇÃO VILA SAPO: UM ESTUDO DE CASO

A Vila Sapo está localizada no bairro de São Francisco, às proximidades do rio Cajueiro, onde também está, junto à ponte, a feira de peixe do cajueiro, além de uma pequena

Orientador: Willame de Oliveira Ribeiro Filiação Institucional: Universidade do Estado do Pará Email:willame@uepa.br

concentração de comércio e serviços. A ocupação possui cerca de 200 domicílios e as primeiras moradias, localizadas próximas à Avenida Beira-Mar, dispõem de estrutura em alvenaria, mesmo que com pouco acabamento (figura 3). Na medida em que se adentra a ocupação, as casas em madeira e em situação de palafita se tornam predominantes (figuras 4b e 5). A maioria das pessoas que reside na comunidade é originária de outras localidades de Belém e também de outros municípios paraenses, como Abaetetuba e Cachoeira do Arari (citadas nas entrevistas), e vieram para Mosqueiro em busca de oportunidade de emprego, principalmente relacionado à pesca (Trabalho de campo, junho de 2021).

Figura 3. Ilha de Mosqueiro/Belém. Entrada da ocupação Vila Sapo. 2021



Fonte: trabalho de campo, junho de 2021

O acesso à ocupação Vila Sapo dá-se por uma viela estreita marcada por uma ladeira (figura 3). Desde aí, já se pode notar que o espaço foi ocupado sem planejamento, as casas são muito próximas umas das outras, não havendo clareza na demarcação de terrenos. Não existe arruamento legível, bem como não há a presença de calçadas. Além disso, devido a topografia, a proximidade com o rio e a ausência de saneamento básico, as ruas são alagadiças, como pode ser notado na imagem A da figura 4.

Figura 4. Ocupação Vila Sapo. Vias de circulação utilizadas pelos moradores. 2021



Fonte: trabalho de campo, junho de 2021

Na imagem B da figura 4, adentrando mais a ocupação, ou seja, distanciando-se da Avenida Beira-Mar, a via de circulação principal, estreita e permitindo circulação apenas de pedestres, possui estrutura em concreto (erguida pelos próprios moradores), já as secundárias estão construídas em madeira (figura 5). As construções são suspensas, em formato de palafitas. Pode-se notar que há pouca iluminação, pois, os telhados das casas por estarem bem próximos formam uma sombra sobre as vias de circulação. Não há sistema de esgotamento sanitário e a área está sujeita a inundações, por conta da subida de nível das águas com a variação da maré.

Figura 5. Ocupação Vila Sapo. Vias de circulação utilizadas pelos moradores. 2021

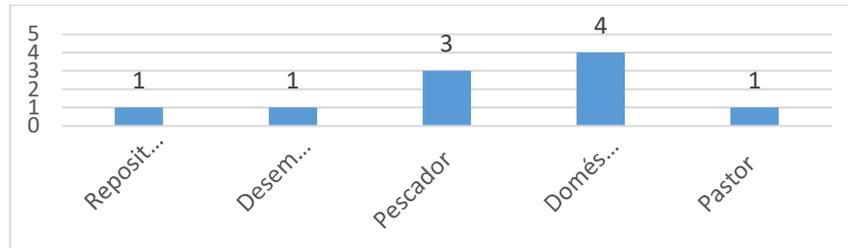


Fonte: trabalho de campo, junho de 2021

Dentre os entrevistados, a maioria veio para Mosqueiro, mais precisamente, para a Vila Sapo, motivados pela pesca, com exceção do entrevistado mais jovem, de apenas 22 anos, que sempre foi morador de ilha. Quatro dos moradores entrevistados são mulheres que trabalham nas atividades diárias do lar. Um informou está desempregado e na entrevista alegou que por condições físicas teve que deixar a profissão, mas antes exercia a função de pescador. Como mostra o gráfico 1, três entrevistados atuam como pescador, além deles, o atual pastor

veio de São Domingos do Capim por causa da pesca: “Vim do Espírito Santo para o Pará, morar em São Domingo do Capim e depois vim para Mosqueiro, por conta da pesca” (informação verbal obtida em entrevista realizada em junho de 2021).

Gráfico 1. Ocupação Vila Sapo. Profissões dos moradores entrevistados. 2021



Fonte: trabalho de campo, junho de 2021

A atividade pesqueira é uma das principais fontes de renda de Mosqueiro e possui uma importância maior ainda na Vila Sapo, que está situada junto a um dos principais entrepostos pesqueiros, com relevância na comercialização de pescado, na oferta de utensílios à pesca, na manutenção de embarcações e, principalmente, na moradia de pescadores. A maioria dos entrevistados trabalha ou já trabalhou com a pesca, tendo nesta atividade, normalmente associada ao bolsa família, a base de sustentação econômica da família.

Dentre os 10 entrevistados, três são moradores nascidos na ilha e sete vieram de outras localidades de Belém ou outros municípios. O gráfico 2 expõe que a maioria passou a residir na Vila Sapo nos últimos 30 anos, acompanhando a expansão da produção do espaço da ocupação. Quanto ao grau de escolaridade dos entrevistados, 5 possuem o ensino médio incompleto, 2 completaram o ensino fundamental e 3 não informaram, nenhum apresenta ensino superior.

Gráfico 2. Ocupação Vila Sapo. Tempo de moradia na Vila Sapo dos moradores entrevistados. 2021



Fonte: trabalho de campo, junho de 2021

Algo notório nas entrevistas realizadas com moradores durante o trabalho de campo foi que eles estão acostumados a viver em meio à precariedade. Todos informaram que é bom

de se morar na localidade, pois é um lugar calmo e consideravelmente seguro. Todavia, algumas informações destoam da satisfação demonstrada em certos momentos das entrevistas, um exemplo disso é que os 10 entrevistados confirmaram que todo ano a área costuma alagar, em período de maré alta (janeiro a maio). Além disso, seis entrevistados falaram ter moradia própria e quatro disseram não possuir documentação do imóvel, mas, segundo uma liderança entrevistada, ninguém possui regulamentação, por ser o espaço área da marinha. Disse ainda que a comunidade não cresça mais naquela área por falta de espaço, agora se expande para a outra margem do rio Cajueiro.

O quadro 2 trata da disponibilidade de alguns serviços fundamentais aos moradores. Nota-se que, até pela antiguidade da ocupação, alguns deles estão instalados na localidade. Entretanto, a internet utilizada é via 3g de smartphones, dentre os entrevistados nenhum relatou ter wi-fi disponível; há a presença da coleta de lixo de forma regular, semanalmente; as redes públicas de água e energia são parcialmente presente, existe a iluminação pública como os postes, mas em certa parte das palafitas já não é tão iluminado; o abastecimento de água pela Cosanpa é recente e alguns moradores informaram não ter acesso; sistema de esgotamento sanitário é inexistente.

Quadro 2. Ocupação Vila Sapo. Serviços disponíveis ou indisponíveis segundo os moradores entrevistados. 2021

Serviços	Disponível	Indisponível
Internet na residência	0	10
Coleta de lixo	10	0
Rede pública de água	8	2
Rede pública de energia	10	0
Rede de esgoto	0	10
Iluminação	10	0

Fonte: trabalho de campo, junho de 2021

Como evidencia o quadro 3, poucos são os serviços disponíveis na própria comunidade, destacando-se farmácias e mercearias, que ficam na pequena concentração de serviços existente às proximidades da ponte sobre o rio Cajueiro.

Quadro 3. Ocupação Vila Sapo. Busca por atividades básicas do dia a dia segundo os moradores entrevistados. 2021

SERVIÇO	NA LOCALIDADE	NÃO TÃO DISTANTE	APENAS NA ÁREA CENTRAL DE MOSQUEIRO
Creche		X	
Escola de ensino fundamental/médio		X	
Hospital/pronto socorro			X
Posto de saúde		X	

Agência bancária			X
Farmácia	X		
Supermercado		X	
Mercearia	X		
Centro comunitário		X	
Posto policial		X	
Praça		X	
Quadra de esportes		X	

Fonte: trabalho de campo, junho de 2021

A área central de Mosqueiro está, neste trabalho, sendo entendida como composta pela Vila e pela extensão junto a ela da avenida 16 de Novembro. O tempo de deslocamento da Vila Sapo até lá, segundo os entrevistados, é em torno de 30 minutos. A maioria vai para receber bolsa família ou pagar contas nas agências bancárias, que ficam nesta área central.

O transporte alternativo de vans são o meio mais utilizado pelos moradores entrevistados, porém, segundo eles, as vans param de circular às 21:30h. Quatro dos entrevistados consideraram o transporte coletivo bom, incluindo a frota de ônibus, considerando intervalos curtos de passagem, exceto aos finais de semana, e 5 alegam que principalmente os ônibus tem uma demora considerável para circular. A maioria dos serviços citados no quadro 2 são fornecidos por bairros próximos, como Carananduba, a Vila Sapo possui uma arena, mas é particular.

Apesar da precariedade dos serviços e da infraestrutura local, a maioria dos moradores entrevistados (oito) diz não se sentir excluída em relação ao restante de Mosqueiro, apenas dois expressaram esse sentimento de exclusão. Um dos dez entrevistados disse que o único benefício instalado recentemente se refere aos serviços de abastecimento de água da Cosanpa, mas a maioria não se sente excluída do restante da ilha, tento em vista que podem se deslocar para a Vila ou bairros próximos em casos de necessidade. Em relação ao centro de Belém, a maioria diz não se sentir excluído, pois pouco recorre à Belém, porém reconhecem que é muito distante.

Gráfico 3. Ocupação Vila Sapo. O que falta no bairro segundo os moradores entrevistados. 2021



Fonte: trabalho de campo, junho de 2021

Ao serem indagados se de alguma forma sofrem preconceito por morarem na Vila Sapo, dois moradores responderam que sim e oito disseram que não. Três dos entrevistados alertaram para a falta de emprego na localidade como sendo o motivo de algumas pessoas não quererem morar no lugar. Oportunidades de empregos e outros fatores foram enfatizados pelos moradores entrevistados como necessidades da Vila Sapo (gráfico 3).

Grande parte dos moradores alegam que desejam ter um saneamento básico e assim também o poder público mais presente, incluindo o abastecimento de água, a rede de esgoto sanitário, drenagem urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. O saneamento básico consiste em direito garantido por lei, no entanto, sua materialização na Vila Sapo é bastante deficitária. Quatro dos entrevistados dizem que sentem falta de uma praça ou quadra de esportes pública para o lazer, já que a Vila fica distante e os ônibus e vans deixam de circular cedo e a única arena presente na comunidade precisa ser alugada.

O discurso dos moradores entrevistados não indica a manifestação do processo de segregação socioespacial, pois este pressupõe a percepção da separação do restante da cidade, o que não se notou, contudo, a insuficiência dos serviços e da infraestrutura atestam a precariedade da ocupação, especialmente de suas áreas mais recentes, já que se trata de uma ocupação antiga, mas que vem se expandindo consideravelmente em anos recentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Belém atualmente compõe uma forma urbana complexa denominada de cidade-região, resultado do processo de urbanização regional policêntrica, como se pode indicar com base em Soja (2013). Internamente a essa forma urbana existe uma diversidade de realidades e uma aproximação quanto a isso está na subdivisão desse espaço, por Ribeiro (2018), em espaço metropolitano e entorno metropolitano.

Os limites do espaço metropolitano têm manifestado uma série de transformações recentes, boa parte delas no sentido da expansão de espaços de moradias precárias. Este é o caso do distrito de Mosqueiro, onde se sobressaem as ocupações, tanto as originadas recentemente quanto aquelas que, mesmo com origem antiga, tem crescido nos anos recentes, a exemplo da Vila Sapo, objeto do estudo de caso desta pesquisa.

A principal característica das ocupações tem sido a precariedade, por isso, a opção pela nomenclatura ocupações precárias, com infraestrutura deficiente e frágil oferta de serviços públicos e privados de grande relevância aos moradores. No caso da Vila Sapo não se notou nos moradores entrevistados percepção relativa ao processo de segregação socioespacial, nem de estigmas negativos construídos sobre eles, porém, as deficiências quanto aos serviços e à infraestrutura evidenciam a não garantia do direito à cidade e da justiça espacial.

REFERÊNCIAS

BENACH, Núria. Da desigualdade social à justiça espacial. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de (Orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro, LIMA NETO, Vicente Correia (editores). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de (Orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CARRERA, Rayan Valter Oliveira; RIBEIRO, Willame de Oliveira. Dinâmica imobiliária e expansão do espaço urbano na cidade média de Castanhal/Pará: os loteamentos privados no eixo da PA-320. In: RIBEIRO, Willame de Oliveira; BRASIL, Antônio de Pádua de Mesquita dos Santos; COSTA, Francisco Emerson Vale (Orgs.). **Cidades Amazônicas: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém**. Belém: EDUEPA, 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2004.

DAVANZO, Aurea; PIRES, Maria; NEGREIROS, Rovená; SANTOS, Sarah. Metropolização e rede urbana. In: PEREIRA, Rafael; FURTADO, Bernardo. (org.). **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília: Ipea, 2011.

DELGADO, Javier. La urbanización difusa, arquetipo territorial de la ciudad-región. **Sociológica**, año 18, n. 51, 2003.

FERREIRA, Sandro Brito. **A expansão dos assentamentos residenciais na Ilha do Mosqueiro: uma particularidade de dispersão urbana no espaço metropolitano de Belém (PA)**. 138p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

PMB – Prefeitura Municipal de Belém. **Mapa de localização da Ilha de Mosqueiro**. Belém: CODEM, 2014.

PMB – Prefeitura Municipal de Belém. **Ver Belém-Pará-Brasil: Mosqueiro**. 2021. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/detalhe.php?p=233&i=1>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil: Universidade FEEVALE, 2013.

RESCHILIAN, Paulo Romano. Dinâmica urbana e pobreza: a favela como expressão da inclusão precária. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 1, n.1, p. 52-70, 2005.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. **Ordem e desordem do território turístico: a chegada do estrangeiro e os conflitos de territorialidades na orla oeste de Mosqueiro, Belém/PA**. 138p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém. 2007.

_____. Territórios, territorialidades e reordenamentos das práticas turísticas nas praias de rio da orla oeste de Mosqueiro, Belém/PA. **Revista GeoAmazônia**, Belém, n. 2, v. 01, p. 123 - 143, jan./jun. 2014.

_____. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Campus de Presidente Prudente.

_____. Dispersão metropolitana e novas formas urbano-regionais: uma proposta para o reconhecimento e a delimitação da cidade-região de Belém. **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 12, n. 1, abr/2018, p. 132-154.

_____. Urbanização regional policêntrica e cidade-região. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia-MG, v.22, n.80, 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SOJA, Edward W. Para além de *postmetropolis*. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013.

_____. **En busca de la justicia espacial.** Valencia: Tirant Humanidades, 2014.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação Espacial e Centralidade Urbana. In: VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana.** 394 p. Tese (Doutorado) – São Paulo: FFLCH/USP, 1998.